

3

Do princípio

Até agora, notamos na teoria discutida sobre a massa vários elementos que ratificam a idéia do fenômeno como possibilidade de regresso do ego a um tempo narcísico e mítico no qual este achava-se indiferenciado e livre para buscar satisfação. A partir de agora faremos um percurso articulando esta idéia de retorno à massa com sua oposição à civilização e a sua origem mitológica – a horda.

3.1

Do enlace primitivo à civilização

Concomitante à forte união que caracteriza o agrupamento, somado à intensa sugestibilidade, Freud observa ainda o regresso ao primitivo. Le Bon compara o grupo com a criança ou ainda aos povos primitivos. A referência ao primitivo ou à infância para descrever o comportamento do grupo denota o retorno a um tempo no qual, supostamente, os instintos ainda não estavam reprimidos, a agressividade se manifestava livremente, sem quem ou o que a regulasse.

[...] quando indivíduos se reúnem num grupo, todas as suas inibições individuais caem e todos os seus instintos cruéis, brutais e destrutivos, que neles jaziam adormecidos, como relíquias de uma época primitiva, são despertados para encontrar gratificação livre. (*Apud*, Freud, [1921], p. 89)

A alusão à homogeneidade da massa com a emergência do “inconsciente racial”, segundo Le Bon, aponta para uma condição primitiva resgatada com o agrupamento.

Os indivíduos que compõem as raças inferiores apresentam igualdade bem incontestável. A proporção que as raças se elevam na escala da civilização, os seus membros tendem para uma diferenciação cada vez maior. O efeito inevitável da civilização é diferenciar os indivíduos e as raças. Não é pois para a igualdade

que os povos caminham, mas sim para essa crescente desigualdade. (Le Bon, 1910, p. 187)

Nesta observação notamos que o conceito de civilização para Le Bon engendra a perspectiva evolutiva em contraposição à indistinção notada na multidão. Esta última apresenta-se como origem da vida, ponto zero donde o indivíduo caminha. Ressalva-se aí uma polaridade entre a multidão homogênea e primitiva; e a civilização heterogênea e “civilizada”. A primeira, tomada como marco da evolução do homem, revela que a apresentação do fenômeno de agrupamento aponta sempre para uma espécie de retrocesso do indivíduo (Cf. Vidal, 1984, p. 59-60).

O anacronismo proposto por Le Bon infere que a desordem da multidão é uma etapa superada, porém retida pelo inconsciente racial. Esta fase aponta para o caráter patológico contido nos fenômenos de massa. A morbidez aí não se encontra no desvio do normal, mas sim na origem. “a multidão estaria para o a sociedade como o patológico para o normal: a sua essência em bruto” (Vidal, 1984, p. 60).

Guardadas as devidas proporções, podemos fazer uma analogia deste momento originário, que interliga o ser aos seus antepassados – “magma indiferenciado” (Vidal, 1984, p. 63) – e donde o indivíduo evolui, com o sentimento oceânico¹, de pertencimento que Freud destacou ao tratar da genealogia da civilização. Para Freud, o ego, antes mesmo de sua assunção, também possui este tempo em que se encontra indiferenciado e misturado à “*massa*”² geral de sensações” (Freud, [1930], p. 12). E, ainda, para Freud este estado, no qual o indivíduo encontra-se misturado com o que lhe é externo, também pode remeter a uma condição patológica (Ibid., p. 12), idéia esta que persiste no pensamento de Le Bon.

Apesar disso, o pensamento freudiano apresenta uma pequena diferença que marca uma ruptura fundamental em sua aproximação com a formalização teórica proposta por Le Bon acerca da civilização. A leitura lacaniana de Freud nos ajuda a compreender o paradoxo inerente na referência ao estado primitivo³.

¹ Freud, 1930, p. 10-11.

² Grifo meu.

³ Freud oscila entre a constatação do aspecto selvagem que encerra os indivíduos e a constituição deste último a partir de uma lei, encarnada pelo pai. Por isso, em muitos textos, Freud utilizou a

Nenhum ser evolui para uma distinção, ele nasce desta. Da mesma maneira, a civilização não representa o apogeu dos “protótipos” da sociedade. A civilização como marca da lei existe desde outrora, ainda quando a antropologia designava as tribos de “selvagens” e “primitivas”. Levi Strauss aponta para a existência da lei em qualquer sociedade, inferindo aí que todas são civilizadas (Levi Strauss, 1982).

Em “O mal-estar na civilização”, 1930, Freud aponta para a ambigüidade do advento da civilização. Ao mesmo tempo em que reconhece um passado anterior a esta, afirma que o nascimento do homem é ulterior.

Mais uma vez, portanto, nos contentaremos em dizer que a palavra civilização descreve a soma integral das realizações e regulamento que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos. (Freud, [1930], p. 41-42)

Além disso, afirma que a agressividade é parte integrante de todos os seres-humanos e que controlar a mesma talvez seja o trabalho mais árduo do processo civilizatório. “A civilização tem de se utilizar esforços supremos a fim de estabelecer limites para os instintos agressivos do homem e manter suas manifestações sob controle por formações psíquicas reativas” (ibid, p. 68). Freud aí admite uma parcela, digamos assim, selvagem que encerra os homens. Contudo, ele subscreve a interdição destes últimos para sua posterior emancipação em seres humanos, “não animais”.

Em contrapartida, para Le Bon, a propriedade “selvagem” foi concretizada nos povos primevos e bárbaros que deixaram como herança para os povos civilizados, o “inconsciente racial”, traço primitivo que pode emergir a qualquer momento (Cf. Le Bon, 1910, p. 187).

[...] pelo simples fato de fazer parte de um grupo organizado, um homem desce vários degraus na escada da civilização. Isolado, pode ser um indivíduo culto; numa multidão, é um bárbaro, ou seja, uma criatura que age por instinto. (*Apud*, Freud, [1921], p.87)

Seguindo sua impressão da multidão, Le Bon também a compara com uma criança, pois depreende que em alguma etapa da infância os instintos ainda não

narrativa lendária para tratar da era primeva, tanto no âmbito particular – através do Complexo de Édipo, por exemplo, como no aspecto social, como a descrição da horda.

estavam reprimidos, a agressividade se manifestava livremente sem quem ou o que a regulasse. Freud também aborda o paradoxo deste período. Sua exposição mitológica para o coletivo também é abordada no corpo. Segundo Freud, a comunhão do ego com o mundo externo guarda o vislumbre de um momento efêmero em que o corpo experimentou o gozo absoluto, e, portanto, a satisfação original. Nesta etapa primeva o Id era livre, não atado às amarras do Ideal do eu e do superego.

3.2

Da onipotência do líder ao superego

A referência fundamental à desordem primitiva faz com que McDougall aponte, similarmente a Le Bon, a diminuição da consciência de responsabilidade que se apresenta na massa. “Em obediência à nova autoridade, pode colocar sua antiga “consciência” fora de ação e entregar-se à atração do prazer aumentado, que é certamente obtido com o afastamento das inibições” (*Apud*, Freud, [1921], p. 95). Observamos aí o paradoxo inerente à autoridade que, uma vez externa, liberta o sujeito de suas própria amarras internas – estas últimas denominadas por Le Bon e Mc Dougall por consciência. Podemos dizer que a consciência de que trata esses autores refere-se ao superego enquanto instância censora do aparelho psíquico. Na neurose, por exemplo, idéias em princípio opostas, tais como a civilização e o primitivismo coexistem, mas não pacificamente. No funcionamento do neurótico o aparelho psíquico se organiza de tal forma que raramente sucumbe às tendências primitivas que nele habitam. Isto se deve à regulação da instância que se articula com o ego, o superego, que na neurose atua de maneira intransigente.

Ainda em o “Mal-estar na civilização” Freud narra o superego como instância responsável pelo advento da civilização através da repressão. “O superego é um agente que foi por nós inferido e a consciência constitui uma função que, entre outras, atribuímos a este agente. A função consiste em manter a vigilância sobre as ações e as intenções do ego e julgá-las, exercendo sua censura” (Freud, [1930], p. 99-100).

Em “Totem e Tabu”, Freud retoma a autoridade, mas desta vez na figura do Pai da horda⁴. O Pai da horda era o único ser que desempenhava o papel regulador, como veremos adiante. Nesta “época primitiva” a ordem das coisas era ditada por uma lei que existia. Dessa maneira não era preciso que os indivíduos se auto-regulassem. De certa forma, poderíamos perguntar se o grupo encena uma tentativa de reedição deste momento? Dizemos tentativa, pois nunca houve este momento primeiro em que o ser-humano foi primitivo, só instinto. Da mesma forma não podemos dizer que houve um tempo anterior à civilização em que a lei não estava escrita, simbolizada⁵.

Freud, ao tratar do sentimento de culpa adverte, que o superego é um prolongamento da autoridade externa, esta última também definida neste trabalho como líder.

Trata-se simplesmente de uma continuação da severidade da autoridade externa, a qual sucedeu e que, em parte, substituiu. Percebemos agora em que relação renúncia ao instinto se acha com o sentimento de culpa. Originalmente, renúncia ao instinto constituía o resultado do medo de uma autoridade externa: renunciava-se as próprias satisfações para não se perder o amor da autoridade. (Freud, [1930], p. 88)

Podemos dizer com Freud que o sentimento de culpa é um registro da autoridade perante o ego castrado. Porém, uma vez externa, esta autoridade não infere o que nós chamamos de lei. O rigor do grupo denega a lei enquanto estatuto simbólico, internalizado. Por isso ela é intransigente e homogênea. A massa prescinde da lei enquanto código que nos faz titubear em nossas vontades. Apesar de Freud ratificar o caráter regulador de um agente externo, o mito do assassinato do pai da horda revela a não eficácia daquele que impedia a realização instintual. A massa, tal como a horda, age e comete o assassinato. Isto se deve ao fato de que na massa, os indivíduos vislumbram a possibilidade da ação, que se torna impossível quando destinada para um apenas. Através da aquisição de superpoderes, a multidão adquire uma enorme rigidez quanto às idéias difundidas entre aqueles que a compõe. Idéias estas que se tornam inabaláveis quando

⁴ Freud chama assim o chefe mítico das tribos que ilustram sua obra “Totem e tabu”, 1913.

⁵ A releitura lacaniana da obra de Freud destacou por excelência o caráter mítico – que retomamos insistentemente neste trabalho - da horda narrada em “Totem e tabu”. Tal apreciação encontra-se em diversos textos de Jacques Lacan, em especial no seminário 7: a ética da psicanálise [1959-60] e no seminário 17: o avesso da psicanálise [1969-70].

confrontadas com outros fatos que as contradigam. Não raro esta apresenta manifestações de extrema violência para alcançar suas crenças morais. Isto se deve a outro elemento destacado no funcionamento grupal, denominado por Le Bon como “ilusão da multidão”. A multidão não se confronta com a verdade e é inócuo qualquer esforço de demonstração. Esta observação também é notada na parceria entre o indivíduo neurótico e seu sintoma. Tal como Freud aponta nenhuma assertiva é capaz de desmontar o sintoma neurótico. Este, como a crença do grupo, não se baseia na realidade. Sabemos com Freud que a fantasia jamais se remete a um fato e que a *realidade psíquica*⁶, na maioria das vezes, não condescende com a realidade material. Entretanto, o sintoma neurótico aponta para uma divisão do sujeito, um ponto de vacilo entre suas vontades e suas restrições. A rigidez do grupo, contudo não admite hesitação.

Através de McDougall, Freud [1921] relança a possibilidade de uma massa que possa operar com atribuições que remetam a uma organização. Para que isto aconteça, ela deve convergir as imputações de um indivíduo, ou seja, ela deve procurar resguardar em seu funcionamento, regras de convivência – introduzidas pela consciência e civilização -, estas mesmas que foram perdidas na agregação⁷. Entretanto, atento à dificuldade proposta por McDougall, Freud assinala:

Se assim reconhecemos que o objetivo é aparelhar o grupo com os atributos do indivíduo, lembrar-nos-emos de uma valiosa observação de Trotter, no sentido de que a tendência para a formação de grupos é, biologicamente, uma continuação do caráter multiceclular de todos os organismos superiores. (Freud, [1921], p. 97)

Encontra-se sublinhado acima o paradoxo proposto por McDougall: Como manter o agrupamento, fazendo emergir as características de individualidade

⁶ Termo utilizado por Freud para designar a diferença entre a realidade material e a realidade do psiquismo. Esta última, chamada de realidade psíquica, engendra justamente a dinâmica do inconsciente. Freud indica esta diferença pela primeira vez em “A interpretação dos sonhos” num capítulo intitulado: O “O inconsciente e a consciência – A realidade” no qual afirma: “Uma vez que conduzimos os desejos a sua última e mais verdadeira expressão, vemos que a *realidade psíquica* é uma forma especial de existência que não deve ser confundida com a realidade material.” (Freud, [1900], p. 386)

⁷ São elas: 1) A continuidade da massa, ou seja, a garantia que esse agrupamento aconteça por um período mais longo e com a alternância das pessoas nas várias situações constituídas na multidão; 2) que cada indivíduo da massa possua determinada idéia das características da massa como sua natureza, função, atividade e aspirações; 3) que elas se relacionem, inclusive rivalizando com outros coletivos; 4) a existência de tradições que perpassem todos os indivíduos da massa, regulando as próprias relações entre seus membros; e por fim 5) que a organização da multidão seja bem delimitada quanto às diferentes atividades de cada membro. (Ibid., p. 96-97).

perdas se é justamente o desvanecimento dessas que formam e mantêm a massa?

3.3

A horda, grupo primevo

Observamos no texto comentado, “Psicologia de grupo e análise do ego”, um elemento que Freud ressalta na conjectura do grupo: o líder. Este é amplamente apresentado, comentado e exemplificado nas organizações citadas, o Exército e a Igreja. Este chefe, que ama a todos e de cujo amor deriva a união dos indivíduos, nos remete a uma história. Aliás, uma lenda contada por Freud para descrever o surgimento da civilização, pautada pela lei. É um conto que não tem como marca a insígnia factual, mas traz para o leitor um sentimento de passado cognoscível. Em “Totem e tabu” (1913), Freud, assim como fizera outrora com o Édipo, utiliza o artifício mítico para contar o indizível, a origem das coisas.

Se essa suposição for correta, uma comparação entre a psicologia dos povos primitivos, como é vista pela antropologia social, e a psicologia dos neuróticos, como foi revelada pela psicanálise, está destinada a mostrar numerosos pontos de concordância e lançará luz sobre fatos familiares às duas ciências. (Freud, [1913], p. 21)

Ainda em “Psicologia de grupo e análise do ego” reconhece na formação da massa um retorno nostálgico a este tempo mítico onde um amontoado de gente insistia em permanecer junta idolatrando o mesmo caudilho. A esta personagem que encarna uma ascendência de um sob os outros, funda os laços libidinosos e é por eles investido, e que, por último, incita sentimentos de amor e hostilidade também chamamos pai. O Pai da horda é a representação histórica do líder da massa. E mais do que isso, é a figura que propicia - ainda que pela sua morte - o nascimento da civilização.

Em breves linhas, o mito é assim contado: o Pai da Horda era um ser que convergia privilégios não cedidos a nenhum outro homem. Ele era o único que podia usufruir das mulheres pertencentes ao seu clã. Era o próprio quem enunciava essa lei e expulsava do paraíso qualquer membro que atentasse contra

ela. O Pai da horda é o ser livre por excelência. Ele não precisa negociar com o coletivo para agir, Ele é o ser da ação.

Amado e odiado, o pai da horda encarna os desejos sexuais e a vontade de poder do resto do clã. Porém as realizações do clã não passam de designações coletivizadas e supervisionadas pelo olhar do Pai. Os seus filhos o admiram e o temem, acumulando por esta ambigüidade velada, uma enorme agressividade.

Certo dia, um grupo que não fazia mais parte do clã, se organizou e retornou para se vingar do chefe soberano. Eles o sacrificaram e num ritual, que envolvera todos os seus filhos, dividiram sua carne. Ao devorarem seu corpo, repartiram também entre si a culpa pelo parricídio. A culpa pelo crime, que agora ocupava seus corpos, deixou como marca, a lei. Eles literalmente introjetaram a lei, e esta não mais precisou existir personificada. Em mal-estar na civilização Freud, registra o superego como uma continuidade da autoridade outrora externa.

Se não estou enganado, a explicação de tabu também lança luz sobre a natureza e a origem da consciência. É possível, sem qualquer distensão do sentido dos termos, falar de uma consciência tabu ou, após um tabu ter sido violado de um senso de culpa tabu. A consciência tabu é provavelmente a forma mais remota em que o fenômeno da consciência é encontrado. (Freud, [1913], p. 80)

Para ritualizar a norma vigente, anteriormente personificada na figura do Pai da Horda, os membros da tribo elegeram um animal, o *Totem*⁸, que passou a representar a figura desse pai, e por isso foi elevado à categoria de sagrado. Nenhum membro do clã podia ingerir a carne do animal sagrado.

Em primeiro lugar, o totem é o antepassado comum do clã; ao mesmo tempo, é seu espírito guardião e auxiliar, que lhe envia oráculos, e embora perigoso para os outros, reconhece e poupa seus próprios filhos. Em compensação, os integrantes do clã estão na obrigação sagrada (sujeita a sanções automáticas) de não matar nem destruir seu totem e evitar comer sua carne (ou tirar proveito dele de outras maneiras). (Ibid., p. 22)

Podemos dizer que o Totem é o primeiro Deus. A representação da onipotência de um homem que nunca existiu, e que póstumo vigia e ama todos os outros. Tratando de entidades, Freud faz uma importante apreciação ao mito em

⁸ “Em regra um animal - comestível, inofensivo, perigoso ou temido; mas raramente uma planta ou uma força elementar (água, chuva), que esteja em relação muito particular com a totalidade do agrupamento.” (Freud, 1913 p. 50-51)

suas últimas considerações sobre a massa [1921]. Ele afirma que o poeta épico foi o primeiro indivíduo a tentar ocupar o lugar do Pai da horda. A narrativa do herói conta o desejo de matar o pai realizado. “Assim como o pai fora o primeiro ideal do menino, também o poeta criava com o herói que quer substituir o pai, o primeiro ideal do eu” (Freud, [1921], considerações finais). Mas como o Pai (onipotente, com letra maiúscula) sempre morre, e ao herói que age sozinho também jaz um triste destino.

Retornando ao clã, outra questão nos é colocada. Por que nenhum filho quis ficar no lugar do Pai da horda? Afinal o parricídio não era justamente para desbancá-lo e usufruir dos seus privilégios? Paradoxalmente, o clã manteve a onipotência do Pai da horda, mantendo a letra do mandamento, anteriormente ditado pelo próprio: nenhum filho que carregue a mesma insígnia tribal pode gozar como o Pai da Horda o fazia. Conhecido como o Tabu do incesto, este código primeiro regulamentou as relações entre os próximos, instituindo, pela privação, o laço que os uniria.

O mito da horda narra a transformação de um Pai caprichoso, que ditava um código sobre a qual ele não estava subjugado. Este Pai, quando assassinado tornou-se simbólico, no sentido que não era mais a sua presença que garantia a norma e o clã. Estava aí erradicado para sempre o gozo absoluto, privilégio mítico do Pai primevo.

A primeira vista a conclusão do mito parece uma contradição, afinal por que após o assassinato do Pai, os membros do clã não usufruíam dos seus privilégios, ao contrário, resguardaram como lei os seus caprichos? A busca pelo gozo absoluto irá sempre fracassar. Morto o pai, ninguém mais pode ser Pai [...] (Vieira, 2008).

[...] o assassinato do Pai não abre via para um gozo que sua presença era suposta interditar, mas ele reforça sua interdição. [...] O obstáculo sendo exterminado sob a forma de assassinato, nem por isso o gozo deixa permanecer interditado, e ainda mais, essa interdição é reforçada (Lacan, 1959-60, p. 216).

O parricídio instituiu a lei para o clã, fundando, a partir desta, o campo de atuação e de vivências que seria possível. Isto quer dizer que ao delimitar o que não pode ser feito, o Pai morto acaba enunciando, ainda que marginalmente, o que é permitido. “Ao assinalar um “não” ao gozo absoluto, este lugar-limite torna

possível o desejo. A partir dele o impossível é fixado, o que, por isso mesmo, abre o horizonte do possível” (Vieira, 2008). Vieira marca aí, a partir da leitura lacaniana do mito, a estreita relação entre a lei e o desejo. Foi através da primeira interdição que os membros do clã puderam dizer o que eles queriam; nascia assim o desejo. Ser livre só é possível depois da lei. Antes desta não há parâmetro do que não é permitido, portanto não há liberdade de escolha, não há entre o que escolher. Lacan nos alerta que para existir pecador há de existir antes mesmo o pecado, a lei que o enuncia (Lacan, 1960, p. 217).

A nova fraternidade se fundou pela frustração. Foi preciso abrir mão do impulso sexual, que impeliria uma ávida competição entre os membros do clã pelas mulheres, em prol da boa convivência. Os tabus do incesto e do parricídio foram reconhecidos como leis naturais e invioláveis em qualquer protótipo de sociedade. Não eram mais ditadas, pois foram incorporadas como marcas primeiras das relações entre os homens.

A lei simbólica inaugura a civilização, que marca o fim da preponderância do mais forte como representante da lei, como a própria lei; esta agora vale para todos, inclusive para os mais fortes. Nas palavras de Freud:

o elemento de civilização entre em cena como a primeira tentativa de regular esses relacionamentos sociais. Se essa tentativa não fosse feita, os relacionamentos ficariam sujeitos à vontade arbitrária do indivíduo, o que equivale dizer que o homem fisicamente mais forte decidiria a respeito deles no sentido de seus próprios interesses e impulsos instintivos. [...] A vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados. O poder dessa comunidade é então estabelecido como “direito” em oposição ao poder do indivíduo condenado como “força bruta”. (Freud, [1930], p. 49)

O pai como lei agora fazia parte de todos. Os filhos se identificavam com o pai, pois possuíam parte dele. No capítulo anterior desta dissertação questionamos a emergência de um laço que seria anterior ao mandamento do amor. Talvez a identificação primordial com o Pai da horda, deflagre o apontamento religioso de que Deus criou o homem sua imagem semelhança, deixando em cada um dos seus filhos seu traço. Freud ilustra tal aspecto na horda. Ele discorre sobre as posteriores festas que os clãs realizavam celebrando o assassinato do Pai, nas quais o *Totem* era ingerido como forma de reprodução do parricídio. Na celebração, os membros se vestiam como o animal totêmico

indicando também as características que se apoderariam com a refeição. A ingestão ritualística do animal trazia representava a incorporação da potência do Pai ancestral e trazia como consequência a identificação com Ele. Isto significou que além dos atributos O clã ingeria o animal sagrado e expurgava seu pecado original, lamentando coletivamente a morte do pai. O remorso, assim como a carne, também era igualmente dividido e fazia com que os semelhantes se identificassem. A consistência da formação grupal era diretamente ligada à grandeza do pai. Quanto mais potente, intransigente e punitivo fosse o pai, maior significado teria seu assassinato, maior seria o pecado e respectivamente a culpa, mais unido o grupo seria.

Visto que a civilização obedece a um impulso erótico interno que leva os seres humanos a se unirem num grupo estreitamente ligado, ela só pode alcançar seu objetivo através de um crescente fortalecimento do sentimento de culpa. O que começou com relação ao pai é completado em relação ao grupo. (Freud, [1930], p. 95)

A remontagem de uma horda mítica por Freud conta não somente a ascensão do Pai ao registro simbólico, mas também a operação do laço como marco da civilização. As consequências psíquicas da proibição do incesto incidem especialmente sobre o laço social – entre os irmãos da horda primitiva, por exemplo, através da identificação e idealização do Pai e consequente identificação entre os outros.

Neste mito encontramos novamente dois eixos, referentes à identificação. O primeiro é indicado pela identificação ao Pai, à lei introjetada por cada um de seus filhos. O segundo eixo se remete ao atravessamento que torna cada um dos membros do clã irmãos, mesmo na ausência do Pai. A massa retrata a horda neste primeiro eixo no qual a união entre os membros é fundamentalmente verticalizada, ou seja, depende exclusivamente da figura do líder para estabelecer o eixo horizontal.

A figura do líder na massa freudiana retoma este Pai com letra maiúscula, o Pai da horda. Ele não impulsiona o laço (simbólico) entre os filhos. A fraternidade aí é sugerida apenas pela relação vertical. Os membros do clã não podem se relacionar uns com os outros sem a supervisão dessa figura que funciona apenas como autoridade, sem estar revestido desta. O Pai da horda pode

tudo, não há lei para ele, como então esta figura pode transmitir um código. Ele não o faz, e, portanto seus filhos o matam. É o parricídio que institui a lei, é somente posterior a ela que os membros do clã podem continuar juntos, abrindo mão dos antigos privilégios do chefe. Temos aí o mito que pela ficção conta o real do laço.

A lenda da horda, contada por Freud, apresenta os operadores lógicos do laço social: a identificação, a lei e o desejo. Estes irão se desenvolver por excelência na narrativa de outro mito. A ação da horda também foi contada pela mitologia grega, notadamente no mito do Édipo Rei⁹ de Sófocles. Só que neste mito a ação foi executada por um só ser.

Mas a enunciação desses dois tabus e o fato de sua concomitância farão lembrar a qualquer pessoa familiarizada com os achados de pesquisas psicanalíticas em indivíduos algo bem definido, que os psicanalistas consideram como sendo o ponto central dos desejos da infância e o núcleo das neuroses. (Freud, [1913], p. 49)

O que Freud conta com a horda é o mito da civilização, mas é também a história do mito individual vivido no complexo de Édipo. “Totem e tabu” é a articulação da narrativa trágica pessoal no coletivo dos povos primitivos. Ambos carregam a função paterna como símbolo fundador das relações. Da mesma forma que os irmãos do clã primitivo abrem mão das mulheres que integram sua horda, o menino, no romance familiar, abre mão de sua mãe. O laço social é designado pela lei, herança paterna, a lei do incesto.

⁹ O mito de Édipo narra a tragédia do herói que casa-se com sua mãe e mata seu pai por acaso.